
MAIS AÇORES 
MAIS ESQUERDA

VI Convenção Regional
Bloco de Esquerda Açores

Moção de Orientação Global

Ponta Delgada | 14 de julho 2018

Os Açores entre a Europa e os EUA

A democracia está em risco na Europa. O conservadorismo alastra enquanto os partidos da direita tradicional colam-se cada vez mais à extrema-direita, que já governa em vários países e ganha forças em cada vez mais. A leste, as regras do Estado de Direito são violadas com o consentimento das instituições europeias.

Muitos dos partidos da social-democracia europeia, co-responsáveis pelo desenho e aplicação das políticas de austeridade, perdem espaço eleitoral e de influência. O PASOK na Grécia, o PSF em França e o SPD na Alemanha, são exemplos desse processo. Abundam os sinais de desagregação da europa: a crise do euro, o Brexit, a crise dos refugiados, a ascensão da extrema-direita. A desagregação europeia pode ser acelerada por uma crise que traga ao de cima todos os conflitos latentes.

A Europa da solidariedade, tão propalada, revelou-se a Europa que destrói o estado social e os direitos de quem trabalha através da aplicação dos tratados e da chantagem sobre os povos, como a experiência grega demonstrou.

Perante a crise e a ameaça de desagregação, Merkel e Macron trazem propostas de reforço das instituições europeias, conferindo-lhes ainda mais poderes para dominar as democracias nacionais. Um ministro das finanças da zona euro para mandar nos orçamentos nacionais e o reforço dos poderes do BCE são apenas algumas das propostas para amordaçar a democracia na Europa.

A concentração de poderes nas instituições europeias para benefício do diretório franco-alemão e dos interesses económicos retiraram sustentabilidade à nossa pesca e agricultura. O fim das quotas e agora o cortes na PAC e no fundo de coesão são consequências desse processo prejudicial às pequenas economias periféricas. Mesmo que surjam alguns paliativos, a tendência

dominante é de concentração de poder político em directórios e de concentração de capital.

O reverso da medalha dos cortes na coesão é o investimento na Defesa e no exército europeu, o caminho para dotar a Alemanha de uma força militar que o seu poder económico exige e para a qual não encontra acolhimento interno.

Trump apela para que os países europeus da NATO aumentem os gastos em Defesa e assim desvaloriza a relação dos EUA com a Europa e a própria NATO. Mas esta continua a ser um instrumento importante da política externa imperialista norte-americana.

O que fazer com a nossa localização geoestratégica?

Os EUA mantêm nas Lajes uma base adormecida, gastando o menos possível. Os Açores estão às portas da América e por isso os EUA não abdicam de qualquer posição militar nesta zona, nem que seja para impedir a aproximação de outros interesses.

Os sucessivos projetos militares para as Lajes, aventados por responsáveis dos EUA não têm passado de armas de arremesso na política interna norte-americana.

Perante os convites de Portugal aos EUA para que estes reforcem a sua presença, não se afiguram avanços significativos na descontaminação dos solos e aquíferos da ilha Terceira - pedir veementemente ao poluidor que fique e invista militarmente, ao mesmo tempo que se exige que este descontamine é uma estratégia que falhou à nascença.

A nossa posição geoestratégica tem servido apenas para a guerra dos outros. O governo da República do PS continua este caminho com a criação do Centro de Segurança do Atlântico nas Lajes com o objetivo de atrair os EUA e a NATO. As soluções militaristas,

impostas pelo governo da República com o apoio das elites políticas e económicas dos Açores impedem que a nossa posição, entre dois continentes, seja o motor para uma economia de valor acrescentado.

Defendemos a aposta em projetos de investimento civis para transformar a base das Lajes e o porto da Praia da Vitória em plataformas de apoio logístico e técnico para a aviação civil e para o transporte marítimo de mercadorias.

Os Açores no contexto nacional

As políticas de austeridade impuseram sacrifícios inaceitáveis colocando em causa o futuro dos jovens e quebrando compromissos com quem trabalhou uma vida. A austeridade destruiu a esperança no futuro.

O acordo entre o BE e o PS permitiu estancar a austeridade e iniciar um caminho de reposição de direitos e recuperação de rendimentos. Promoveu o crescimento económico, o emprego e devolveu o otimismo às pessoas.

O acordo à esquerda apresenta também insuficiências. A falta de investimento nos serviços públicos e o bloqueio do PS e da direita às alterações às leis laborais demonstram isso mesmo. As limitações desta solução refletem-se também, nos Açores, nos compromissos não cumpridos pelo governo da República.

Assistimos a uma mudança de discurso relativamente à Autonomia e às responsabilidades do Estado nos Açores. Mas após três anos deste governo, na prática e em substância, nada se alterou. O investimento público foi sacrificado em nome do déficit e os urgentes investimentos nos Açores continuam como promessas - veja-se o novo estabelecimento prisional de Ponta Delgada. A posição do governo da República, quer do PSD/CDS quer do PS, sobre a lei do

ordenamento do espaço marítimo, mostram que a lógica colonial não acabou. No atual quadro legislativo, a exploração dos mares dos Açores é subordinada ao Terreiro do Paço e a atual ministra do mar quer mantê-la como está.

O projeto de um instituto público nacional para a investigação dos oceanos está na gaveta e, tudo indica, não será nada mais que uma base de apoio tecnológico para quem vem explorar matérias-primas. É nesta mesma lógica que se infere o que será o Air Center que, anunciado como um grande projeto científico, não é mais do que um escritório simbólico.

Na essência este governo PS segue as pisadas do anterior do PSD/CDS e impede os Açores de tirar partido dos seus mais importantes recursos naturais e de desenvolver os meios para criar uma economia de futuro.

No que respeita às responsabilidades da República para com os Açores, são prioridades:

- a revisão da Lei de Finanças Regionais e a Lei de Bases do Ordenamento e Espaço Marítimo.

- a construção, de imediato, do novo estabelecimento prisional de Ponta Delgada, assim como intervenções na cadeia da Horta e a criação de um centro tutelar e educativo.

- o reforço de efetivos das forças de segurança, a melhoria das suas condições de trabalho e o reforço de pessoal para os tribunais e conservatórias.

- a implementação da rede de radares meteorológicos, uma questão de segurança das populações e do tráfego aéreo e marítimo.

- a criação de um centro de investigação de excelência para o mar nos Açores.

- a descontaminação da ilha Terceira dentro de um calendário bem definido, com resultados mensuráveis e escrutináveis.

- o reforço do financiamento da Universidade dos Açores, do seu desenvolvimento tripolar, assim como da RTP-Açores

Uma economia ao serviço das pessoas

A atual economia dos Açores assenta em sectores tradicionais de baixo valor acrescentado e num sector importador próspero. A estes sectores juntou-se, com impacto, o turismo. Este último, embora importante, mantém o baixo perfil da economia açoriana e faz alastrar o emprego mal pago e sem direitos.

Tem sido este modelo o grande responsável pelo facto de os Açores serem a região do país com maiores desigualdades sociais e com uma pobreza estrutural persistente.

O sector público continua a ser o grande motor da economia e, quase em exclusivo, o grande suporte do emprego qualificado na região.

É neste quadro económico que se assiste ao empobrecimento de quem trabalha e ao acumular de riqueza por sectores da burguesia, habituada a viver à sombra do Estado e que agora exige mais mercados para os seus negócios.

Na resposta a esta exigência dos poderosos da região, em aliança com setores económicos e sociais, o governo regional apresenta o "novo ciclo" económico. Este novo ciclo não traz nada de novo. É a velha política de privatizações, concessões e degradação dos serviços públicos para os entregar de bandeja aos privados.

Defende ainda o PS o offshore da Praia da Vitória, apresentado há cerca de dois anos como uma grande medida económica. O PS quer criar nos Açores mais um espaço para os poderosos fugirem aos impostos, das obrigações sociais ou ainda para lavar dinheiro do grande tráfico de droga, de armas e de pessoas. A ideia está em banho-maria mas não está morta.

O PS é incapaz de delinear uma nova economia para os Açores, ora porque advoga lógicas militaristas impostas pelos governos da República que impedem a região de tirar proveito da sua posição estratégica, ora porque, apesar da retórica, entrega o mar e suas riquezas ao domínio do Terreiro do Paço e seus clientes.

PSD e CDS limitam-se a aplaudir este incremento do liberalismo económico e ficam sem agenda porque esta é a sua.

Os Açores precisam de uma nova política económica assente em sectores de alta tecnologia, capazes de gerar mais valor, emprego qualificado e bem remunerado.

Defendemos a **criação do instituto público nacional das ciências do mar** que não só seja um guardião das nossas riquezas e do nosso ambiente mas também uma alavanca para a atração e instalação de empresas do setor da biotecnologia na região.

Queremos transformar a nossa posição geoestratégica numa mais valia económica em detrimento dos interesses militares externos e das elites.

Defendemos que, ao abrigo do estatuto de ultraperiferia, a **região seja dotada de instrumentos fiscais para atrair empresas criadoras de emprego qualificado, exportadoras e produtoras de bens tangíveis e de produtos e serviços de alta tecnologia.**

Estaremos sempre na linha da frente da defesa dos sectores tradicionais da

economia, fazendo valer em toda a plenitude o estatuto de ultraperiferia da UE.

Uma economia justa, sem precariedade

A nossa economia, assente na baixa qualificação e em baixos salários para fornecer produtos e serviços de baixo valor acrescentado, aliada à proteção dos sucessivos governos do PS à estrutura empresarial regional - baseada em micro e pequenas empresas - gera o atual aumento galopante da precariedade, dos constantes atropelos aos direitos dos trabalhadores e a falta de cumprimento das normas de segurança no trabalho.

A conjugação destes factores com a ausência de uma política que abra a nossa economia a outros sectores económicos de maior valor acrescentado, tem levado à emigração forçada da juventude mais qualificada, assim como ao não regresso dos jovens mais qualificados.

Hoje, a precariedade, a par do desemprego elevado são os maiores flagelos da nossa sociedade e não temos dúvidas de que o governo regional se comporta como o maior promotor da compressão dos direitos dos trabalhadores.

O governo regional é o responsável por várias políticas que atacam os direitos dos trabalhadores: seja o abuso promovido nos programas ocupacionais, que contam atualmente com cerca de 6 mil trabalhadores; a recusa em aplicar, na administração pública, a legislação para integrar os precários; a recusa em limitar a contratação sucessiva de professores; ou o recente anúncio de abertura de concursos públicos em que cerca de 44% das vagas são para emprego precário.

Em 2017, quando quase metade das empresas constituídas tiveram apoios públicos consideráveis, é escandaloso que estas não sejam obrigadas a ter nos seus

quadros trabalhadores com contrato sem termo.

Não podemos ainda ignorar o mau funcionamento da Inspeção Regional do Trabalho que, para além da falta de meios e quadros, acerta agendas com os patrões, informando-os acerca das inspeções futuras.

Somando tudo isto, temos o quadro da aliança entre governo e patrões contra os direitos dos trabalhadores/as.

Contra este estado de coisas defendemos:

- a aplicação do PREVPAP em toda a região, com direito a participação dos representantes dos trabalhadores.

- que todas as empresas apoiadas por dinheiros públicos tenham nos seus quadros pelo menos 75% dos trabalhadores sem termo.

- a imediata integração nos quadros dos professores precários há mais de 3 anos.

- o reforço de quadros e meios da Inspeção Regional do Trabalho e a independência deste serviço.

- a alteração do modelo de financiamento das IPPS/ Misericórdias com vista a equiparar as carreiras dos seus funcionários às da função pública.

Aprofundar as políticas sociais, combater todas as desigualdades

Os Açores são uma região profundamente desigual. O desemprego continua a ser um flagelo, grande parte da população que trabalha é pobre e são milhares os pensionistas que vivem abaixo do limiar da pobreza. Para as mulheres há maior risco de pobreza, o que revela o tanto que há por fazer nesta área.

O emprego e salários dignos são o caminho do combate às desigualdades sociais. Mas perante situações de carência económica que derivam do desemprego ou de pensões muito baixas, os apoios sociais e a sua majoração, são instrumentos importantes para retirar pessoas da pobreza.

A ação social é uma competência do Estado que, nos Açores, foi entregue na sua quase totalidade às IPSS e Misericórdias. Esta opção do governo regional, tomada com objetivos economicistas e para baixar salários aos trabalhadores, desresponsabiliza as entidades públicas. Defendemos:

- **o aumento de 15€ do “cheque pequenino”, cujo valor não é revisto há vários anos.**

- **a ampliação da rede de resposta à infância e a sua adequação aos horários de trabalho.**

- **a garantia, por parte da rede pública escolar, no horário pós-letivo, de atividades extracurriculares.**

- **a inversão gradual da entrega a privados das políticas sociais, conferindo gestão pública às novas valências.**

- **maior fiscalização às IPSS/Misericórdias com acordos de cooperação com a segurança social.**

O direito à habitação está a ser negado a milhares de açorianos/as. O arrendamento habitacional foi quase sempre uma opção difícil nos Açores devido à reduzida oferta. O recente crescimento do turismo levou a que muitos dos imóveis utilizados para arrendamento de longa duração tenham sido convertidos em unidades de alojamento temporário. Esta dinâmica inflaciona os preços e limita a oferta de arrendamento.

Os atuais programas de apoio ao arrendamento pressupõem a existência de imóveis disponíveis no mercado mas estes são cada vez mais escassos, perante as perspectivas de lucros superiores no alojamento de curta duração. O Governo Regional tem-se colocado ao lado dos especuladores e do negócio do alojamento local sem intervir nesta área. Defendemos:

- **a implementação de bolsas regionais e locais de arrendamento a baixo custo que contribuam para diminuir a especulação.**

- **a regulação do alojamento local com definição de quotas por freguesias.**

Vencer a desigualdade de género

Apesar dos avanços, o respeito pelos direitos, nos Açores não é melhor do que o cenário nacional, sendo mais dramático em várias áreas. É alarmante a incidência da violência de género, o desemprego é superior nas mulheres e a desigualdade salarial é enorme.

A luta para mudar este estado de coisas é contínua e em várias frentes. Defendemos:

- **o reforço das ações de promoção da igualdade de género e de combate à violência de género nas escolas e das políticas de combate à violência doméstica e no namoro.**

- **a elaboração de um plano regional de combate à desigualdade de género no trabalho e o reforço da fiscalização pela IRT.**

- **prioridade às famílias monoparentais e casais com filhos, na habitação social, ou no apoio ao arrendamento.**

Aprofundar a Autonomia

Nos últimos dois anos o discurso político nos Açores tem tido como pano de fundo o aprofundamento da Autonomia. Em campanha eleitoral só o BE apresentou propostas concretas sobre o caminho a seguir com vista a esse objetivo. Ano e meio depois da criação de uma comissão eventual, no seio da ALRAA, especificamente para esse efeito, de novo, só o BE apresentou propostas.

A Autonomia é o maior legado da democracia aos Açores. Apesar dos problemas existentes, a evolução que se verificou na nossa sociedade teria sido impossível sem Autonomia e sem órgãos de governo próprio. Foi acertada a fórmula constitucional encontrada: um estado unitário dotado de autonomias.

Este modelo, que deve ser dinâmico, permite as atualizações e adaptações que as exigências contemporâneas requerem. Não partilhamos as ideias, que amiúde são aventadas por alguns setores, da necessidade de divergir para outros modelos, nomeadamente o federal. Nada garante que este seja sinónimo de mais autonomia.

Estamos abertos a todos os contributos de todas as forças políticas e sociais sobre o aprofundamento da autonomia, colocam-se neste momento duas questões fundamentais no que respeita ao adquirido autonómico já experimentado e a novas exigências que surgem no horizonte.

Defendemos para o Estatuto Político Administrativo a clarificação da competência da região no que diz respeito à gestão do mar adjacente ao arquipélago, assim como a atribuição de mais poderes à região nos processos relativos à construção europeia e poder suspensivo em matérias de política externa da República que digam respeito à região.

As questões relacionadas com a futura exploração do nosso mar assim o exigem, mas

também a experiência adquirida com o fim das quotas leiteiras ou a gestão da nossa ZEE. A gigantesca pegada ambiental deixada pelas atividades militares americanas na Terceira exigem o reforço do nosso poder sobre o que se faz na nossa terra.

Defendemos uma alteração profunda da atual legislação aprovada por PS, PSD e CDS e que retira aos Açores qualquer papel na definição da estratégia para o mar e na sua gestão.

Sobre todas estas matérias o BE já apresentou propostas concretas na ALRAA, tendo sido o único partido a fazê-lo.

Sustentabilidade para a agricultura e para as pescas

O sector das pescas continua a agonizar em crise. Os últimos anos foram os piores de sempre. Este é o resultado de profundos erros na gestão do sector pelos governos regionais, como a desistência da luta pelas 200 milhas e uma frota desadequada. Milhares de pescadores vivem na pobreza devido a políticas erradas e a práticas medievais.

A solução do governo para esta crise é retirar pescadores do setor sem uma estratégia a médio e longo prazo nem compensações para os pescadores - o resgate proposto só prevê compensações aos armadores. A recente implementação de contratos de trabalho nas pescas veio apenas colocar em letra de lei as práticas condenáveis existentes no setor, sem procurar alterá-las.

Defendemos uma estratégia a médio e longo prazo para garantir a sustentabilidade da pesca nos Açores e que passa:

- pela adaptação da frota à nova realidade e por uma gestão da pesca que envolva as organizações do sector e a comunidade

científica para uma gestão sustentável que proteja os recursos e a biodiversidade.

- por contratos de trabalho que não sejam inferiores ao salário mínimo e pelo melhoria do FUNDOPESCA.

Na agricultura, continua o ataque ao sector por parte da UE. Depois do fim das quotas leiteiras, a opção pelo investimento na Defesa levará a um corte na PAC e no POSEI. O apoio que Portugal deu a estas políticas só beneficiou os grandes interesses e os países mais poderosos.

As dificuldades para os pequenos produtores ampliam-se numa região ultraperiférica como são os Açores. As políticas regionais apostam na quantidade para servir a agroindústria e colocam os pequenos produtores e as suas explorações à mercê desta.

No leite, a aposta na diferenciação e na qualidade é cada vez mais abandonada com a estabulação crescente, a utilização de OGMs e a ampla aplicação de pesticidas que tornam o leite dos Açores cada vez mais igual a todos os outros.

A sustentabilidade do setor dos lacticínios nos Açores e o aumento do rendimento dos agricultores só é possível a partir de uma produção assente na qualidade e na diferenciação dos produtos, o que implica a redução do recurso a rações e a eliminação de produtos com OGMs.

Defendemos uma aposta séria na agricultura, diversificando a nossa produção agrícola e reduzindo a nossa dependência alimentar.

Defendemos uma estratégia para a agricultura biológica que torne os Açores numa região de referência nesta área.

Saúde e Educação

Na Saúde, um serviço público fundamental, continuam as lacunas e a degradação do serviço, fruto de recorrentes promessas eleitorais não cumpridas do PS.

O governo regional do PS financia a saúde privada para garantir lucros chorudos a privados à custa do Serviço Regional de Saúde (SRS): são as convenções com clínicas privadas para colmatar insuficiências do SRS e agora o financiamento público à construção do hospital privado da Lagoa.

É da praxe eleitoral do PS a promessa de um médico de família para todos os açorianos. A meio de 2018 continuam a existir milhares de açorianos/as sem médico de família. As listas de espera para cirurgia são gigantescas e continuam a crescer.

As ilhas sem hospital desesperam pelas deslocações regulares de especialistas para consultas de especialidade. A ampla redução desta prática sem qualquer preocupação de acessibilidade ou sequer económica, limitou de forma inaceitável o acesso à saúde de milhares de açorianos/as

O SRS debate-se com a falta de recursos humanos. Falta ao governo regional capacidade para negociar e incentivar a fixação de médicos, enfermeiros e técnicos, mas, acima de tudo, falta vontade política de debelar este problema. Defendemos:

- o fim das taxas moderadoras, que são uma barreira no acesso à Saúde.

- o reforço dos cuidados de saúde primários, garantindo médicos de família para todos/as e um programa especial e funcional de combate às listas de espera.

- o funcionamento de equipas multidisciplinares com formação em cuidados paliativos, ao nível hospitalar e ao domicílio, alargando a cobertura existente a toda a população.

- a retoma da deslocação regular de médicos especialistas às ilhas sem hospital.

- a integração progressiva no SRS dos serviços convencionados a privados.

Os Açores partiram de um ponto de partida muito baixo no que respeita à Educação. Sendo certo que existiram avanços significativos ao longo dos 42 anos de Autonomia, continuamos com níveis inaceitáveis de abandono escolar precoce, com grande parte da população sem o ensino básico e com número de licenciados aquém da média nacional. Estes fatores alimentam a pobreza estrutural e limitam o papel da escola no combate às desigualdades sociais. Precisamos de uma escola que seja fator igualdade, de combate às desigualdades sociais e de desenvolvimento.

A escola atual é burocrática, continua a obedecer à ditadura dos rankings e tolhe a autonomia dos professores e das escolas, colocando em causa a aprendizagem efetiva e o sucesso escolar. Os professores devem ter liberdade para alterarem o seu papel no processo de ensino-aprendizagem para se tornarem a sua força motriz, mas as alterações nas políticas em Educação não são eficazes sem a necessária formação contínua dos professores.

Felizmente, muitos docentes já ousam caminhar rumo a uma integração curricular, a processos rigorosos de ensino e de aprendizagem apoiados na investigação, no trabalho em equipa e na cooperação. Defendemos:

- um número mínimo de horas de formação gratuita para os professores.

- investimento no combate ao insucesso e abandono escolar.

- o incentivo a pedagogias de projeto e integração de saberes, a criação artística e o pensamento crítico e emancipatório.

- a requalificação dos espaços escolares deteriorados e sobrelotados.

- a dotação das escolas de meios financeiros para o desenvolvimento de projetos plurianuais de interesse local e regional.

- a educação para a saúde e para a prevenção da toxicodependência e alcoolismo.

- a educação sexual e o combate à desigualdade de género e violência.

- o fim do financiamento público a instituições privadas de ensino de carácter não supletivo relativamente à oferta pública.

- fim da precariedade docente.

Mais transparência para defender a democracia

É voz corrente na opinião pública açoriana que a administração regional é uma extensão do PS. A Administração Regional e as empresas públicas servem de refúgio para candidatos a cargos políticos que não obtiveram votação desejada, serve de meio para a captação de quadros para o PS, através da promessa de lugares atrativos, e para empregar jovens quadros. Em suma o compadrio e o amiguismo estão implantados, de pedra e cal, nos Açores.

Esta prática continuada, e cada vez mais feita impunemente, é uma injustiça do ponto de vista social e um atentado à democracia. Para defender a transparência e a democracia defendemos:

- **que na administração pública regional todos os cargos dirigentes, inclusive os de diretor regional e administradores sejam atribuídos através de concurso público, sendo a remuneração dos últimos limitada à do presidente do governo regional.**

- **a adequação do sector empresarial regional às necessidades reais da região, extinguindo as redundâncias de serviços e empresas.**

- **o fim de entrevista nos concursos públicos e a garantia do anonimato na correção das provas escritas, assim como júris compostos maioritariamente por membros externos ao serviço que lança o concurso público.**

- **a revisão do código dos contratos públicos para o dotar de maior transparência.**

Defender os sectores estratégicos

Os transportes alimentam a nossa economia e garantem a mobilidade dos açorianos/as. O novo modelo de transportes aéreos, criou o subsídio social de mobilidade (SSM) entre os Açores e o continente.

Perante os custos cada vez mais altos para o erário público, o governo da República, que criou o SSM, quer lavar as mãos e passar a responsabilidade de definir o seu modelo para a região, atirando com o problema do crescimento dos custos para os Açores.

Rejeitamos a desresponsabilização do governo da República relativamente ao SSM e defendemos a sua simplificação, sem adiantamentos e sem novas restrições.

A estratégia do governo regional para a SATA passa pela a privatização, solução que rejeitamos e que significará, a prazo, o seu fim

ou, na melhor das hipóteses, uma SATA pequenina. **A capitalização pública da SATA é o caminho que defende o serviço público e a mobilidade dos açorianos/as.**

São cada vez maiores as pressões para a liberalização dos transportes marítimos, defendida pelos patrões, estratégia que põe em causa a coesão regional. **Defendemos a manutenção de obrigações de serviço público com garantia do mesmo preço de frete para todas as ilhas e de frequências mínimas.**

No transporte marítimos de passageiros exige-se a realização de estudos para avaliar a opção pelos navios que o governo regional pretende construir.

O transporte coletivo terrestre de passageiros não pode continuar a ser um *parente pobre* da política de transportes da Região. São inúmeras as vantagens desta modalidade de transporte. Defendemos:

- **a modernização das frotas e a transição destas para a mobilidade elétrica.**

- **a intermodalidade com o transporte marítimo e aéreo.**

- **a gratuidade para crianças e jovens em idade escolar obrigatória e para desempregados, assim como passes sociais com preços mais reduzidos.**

O governo regional prepara a concessão do porto da Praia da Vitória, o que significa entregar a privados uma das mais importantes e potencialmente rentáveis infraestruturas dos Açores. Este caminho, seguido na maior parte dos portos nacionais, tem sido sinónimo de contratos com rentabilidade enorme para os privados.

Defendemos que este projeto deve ser desenvolvido pelo sector público e sirva de alavanca económica da ilha Terceira e da região

O caminho já iniciado pelo governo de entregar a privados os setores estratégicos,

passou pela privatização parcial da EDA. **Defendemos uma EDA pública que assuma os investimentos neste setor.**

Apostar na Cultura

A Cultura de um povo é a expressão vivida da sua identidade e é parte integrante da vida das comunidades, ligando-se a todos os aspetos da vida económica, social e simbólica. É a própria qualidade de vida das pessoas que é enriquecida quando têm acesso à cultura. A produção cultural e artística constitui ainda um sector económico importante tanto na revitalização contínua das comunidades através do consumo de produtos culturais como na oferta de produtos culturais distintos e específicos para as comunidades, para os que nos visitam e como elo de ligação cultural com a diáspora açoriana.

As políticas culturais devem ser integradas e transversais, não fossem as próprias vivências também elas integradas e constituídas por ações que consubstanciam frequentemente expressões da cultura de uma comunidade.

A insularidade apresenta desafios específicos que geram assimetrias no acesso a produções artísticas e culturais. Defendemos:

- **1% do orçamento regional para cultura.**
- **a dinamização do teatro através da criação de uma companhia de teatro pública e itinerante.**
- **apoio aos artistas e a produções para levar a arte e a cultura a todas as ilhas, assim como a criação de uma rede de bibliotecas públicas em todas as freguesias, em parceria com as autarquias.**
- **o reforço do apoio às bandas filarmónicas, verdadeiras escolas de música espontâneas e com um papel cultural inestimável.**

- **o aproveitamento dos órgãos que, em várias ilhas, foram recuperados pela região, assim como a contratação de organistas.**

- **a realização de uma feira bienal de arte para estimular a produção artística local.**

- **uma quota de produção cultural regional para a RTP/Açores, que constitui um meio privilegiado de divulgação e produção cultural.**

- **o reforço de meios da RTP/Açores de modo a que esta se transforme num centro produtor de conteúdos nas áreas da divulgação científica e cultural mas também na produção de ficção ligada aos Açores e na literatura de autores açorianos para todo o país.**

Uma região que respeite os animais

Apresentando-se, desde sempre, na linha da frente pelo bem-estar animal, o BE foi o primeiro partido com a coragem política para reconhecer e denunciar os problemas relacionados com o bem-estar animal.

Apesar de, a nível nacional, ter ocorrido uma mudança de paradigma relativamente ao bem-estar animal, com a criação do Estatuto Jurídico dos animais, os Açores continuam a ser uma das regiões com maior número de animais abatidos em canis públicos, uma realidade que devia envergonhar os decisores políticos e cujo término foi adiado para 2022 por teimosia do PS e da direita. Continuam ainda os apoios públicos a espetáculos com animais.

O transporte de animais vivos é fonte de sofrimento desnecessário para os animais dadas as condições deploráveis em que os animais são transportados. A grande distância dos Açores ao continente europeu e africano leva a que a exportação de gado vivo

seja especialmente penosa para estes. Defendemos:

- maior fiscalização e regras mais apertadas para a exportação de animais vivos, assim como o fim dos incentivos financeiros, e criação de condições nos matadouros que tornem desnecessária a exportação de animais vivos.

- o fim do abate de animais saudáveis e a aplicação de medidas para a redução de animais errantes - desde a criação de CROA que abranjam toda a região, campanhas de esterilização e de adoção e a chipagem gratuita.

- o fim de financiamento público a eventos que inflijam sofrimento físico ou psíquico a animais.

Defender o ambiente para defender o futuro

A contaminação causada por décadas de atividade militar negligente e criminosa dos EUA é o maior problema ambiental que os Açores enfrentam.

A descontaminação total dos solos e aquíferos da ilha Terceira é imprescindível e tem de estar acima de qualquer aliança militar.

Na política de resíduos nos Açores, há uma aliança entre PS e PSD que se estende dos municípios ao parlamento: o negócio da incineração.

Continuamos a defender alternativas sustentáveis, a opor-nos à opção ruinosa pela incineração e defendemos a elaboração de uma estratégia zero resíduos para os Açores.

O mar faz parte da identidade dos açorianos/as e moldou as vivências nos Açores ao longo de séculos. O mar dos Açores

encerra em si um valor ambiental não mensurável e muito menos quantificável. Não há Açores sem mar e a sua degradação compromete o futuro destas ilhas.

É nos fundos marinho que existem recursos que atraem a atenção da grande indústria internacional. A concentração de matérias-primas ligadas às novas tecnologias em poucos países, principalmente a China, ou em zonas do globo onde a instabilidade política é grande e leva a que se procurem locais alternativos de exploração. Os fundos oceânicos são o local que se segue.

Dada a inexistência de experiências anteriores, as consequências ambientais da mineração do mar profundo são pouco conhecidas e o seu impacto ambiental é imprevisível.

Rejeitamos que o mar dos Açores seja o laboratório da indústria extrativa mundial no seu avanço para o mar profundo.

A crescente atividade turística, com aumento da pressão em zonas sensíveis e a pressão imobiliária ameaçam a qualidade ambiental em zonas sensíveis e protegidas e alteram o ordenamento do território com a cumplicidade de autarquias e do governo.

O desenvolvimento do turismo não pode comprometer os ecossistemas e as zonas protegidas.

Rejeitamos que o ordenamento do território seja subvertido para benefício de interesses económicos.

Em toda a política económica, energética e na área dos resíduos deve estar a redução das emissões de gases poluentes com efeito de estufa com vista ao combate às alterações climáticas.

Subscritores/as iniciais:

António Lima - São Miguel - A9362
Alexandra Manes - Terceira - A8765
Avelina Ferreira - São Miguel - A12308
Carlos Oliveira - Sta. Maria - A13067
Joaquim Matias - São Miguel - A2104
Luís Carlos Brum - São Miguel - A3864
Luís Cardoso - São Miguel - A11244
Mário Moniz - Faial - A3797
Patrícia Medeiros - São Miguel - A12156
Paulo Fontes - São Jorge - A12966
Paulo Mendes - Terceira - A4189
Paulo Sanona - Santa Maria - A7870
Pedro Amaral - Santa Maria - A13254
Raquel Rego - São Miguel - A12363
Ricardo Furtado - Faial - A8732
Tibério Puím - São Miguel - A11939
Tito Fontes - São Miguel - A11273
Verónica Lopes - São Miguel - A10839
Zuraida Soares - São Miguel - A3884